

**vida
mundial**

N. 1841 26/12/74

PORTUGAL E AS MULTINACIONAIS

ANGOLA NAS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA

1975: "CRISE" MUNDIAL?



PP. VM

CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 - FRANÇA 4 fr. - CANADÁ 85 cts.
AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

1975: "CRISE" MUNDIAL?

Há um ano, na sequência de mais uma guerra no Médio Oriente, o boicote petrolífero dos países árabes e, logo depois, a alta espectacular que impuseram nos preços do petróleo bruto, trouxeram para as primeiras páginas dos jornais abundantes títulos que usavam e abusavam de expressões como «a crise do petróleo» ou «a crise da energia». Nos meses seguintes começou a ganhar popularidade a fórmula «crise das matérias-primas». Hoje são já bem mais frequentes as referências à chamada «crise mundial».

Mas recorde-se que vêm mais de trás, pelo menos desde a desvalorização da libra em 67, os periódicos sobressaltos relativos a uma igualmente misteriosa «crise do sistema monetário internacional». E, a par disto tudo, Maio de 68 veio revelar às prósperas democracias capitalistas uma profunda «crise social», que perspicazes especialistas se deliciaram a dissecar, tratando separadamente a «crise da juventude», a «crise da família», a «crise da empresa», a «crise urbana», e por aí fora. Bem mais avisados foram aqueles que, em face de tal panorama, anunciaram com argumentos de peso uma «crise da civilização ocidental».

Articular isto tudo não é fácil, nem é esse o nosso propósito. Procuraremos apenas adiantar alguns elementos básicos sem os quais, cremos, se torna difícil compreender seja o que for e, apoiados numa ampla recolha de informação, fornecer pistas que permitam não entrar positivamente às cegas neste ano-charneira que vai ser 1975. É claro que é bem mais cómodo admitir que a «crise» é uma pura invenção dos grandes senhores do capital, que com tal estrategema buscariam conter as reivindicações de toda a ordem com que são assaltados e restaurar uma «disciplina social» cujo controlo lhes escapa. O que é politicamente tão ineficaz como o foi, noutras alturas, a posição inversa: a de que o sistema capitalista estaria à beira do iminente desmoronamento.

ALGUNS CONCEITOS INDISPENSÁVEIS

Antes de mais convém precisar um pouco os conceitos. No sentido corrente — aquele em que a utilizam os mencionados títulos de jornais — a palavra «crise» pretende

apenas assinalar que se verifica uma «desregulação grave no modo de funcionamento considerado normal», «que se romperam os equilíbrios estabelecidos», que, dito de forma mais erudita, «certas relações estruturais se alteraram a ponto de ameaçar o conjunto». Isto é, que o sector ou o «objecto» dito em crise alterou radicalmente o seu comportamento, pondo em risco o cumprimento da função que (dentro de harmonia «pré-estabelecida») lhe estava atribuída.

Mas, para que as pessoas se entendam nos meandros da terminologia especializada, é importante referir que, em termos económicos, as coisas não são simples. Assim, por exemplo, muitos já terão ouvido falar da situação na Alemanha em 1921-23, quando, na fase mais aguda da inflação galopante, os preços dos produtos chegaram a multiplicar-se várias vezes num mesmo dia! Pois a tal situação de total desarticulação dos circuitos económicos e monetários não se chama, tecnicamente, uma «crise». Ela é tratada, nos manuais, como uma situação inflacionista «extrema», só possível, de um modo geral, nas fases de

penúria que se seguem aos grandes conflitos militares. E a inflação «corrente», que frequentemente acompanha os períodos de «expansão» do ciclo económico capitalista, é atribuída em última análise a um excesso de procura (monetária) em relação à oferta (de produtos). É importante, adiante veremos porquê, sublinhar a associação geralmente feita entre fase de expansão (aumento de actividade económica) — inflação «con-



A INFLAÇÃO "CORRENTE", QUE FREQUENTEMENTE ACOMPANHA OS PERÍODOS DE "EXPANSÃO" DO CICLO ECONÓMICO CAPITALISTA, É ATRIBUÍDA EM ÚLTIMA ANÁLISE A UM EXCESSO DE PROCURA

trolada» — pleno-emprego (ou, pelo menos, baixa taxa de desemprego) — insuficiência da produção (que, precisamente, incita ao investimento).

A designação de crise é reservada pelos economistas à situação-limite do fenómeno inverso: é agora a escassez da procura (monetária) que enfrenta um excesso de oferta (de produtos). Há produção que não en-

contra quem a possa comprar, o que desencoraja os detentores de capital de fazer novos investimentos. Nessas condições, que se dizem de «depressão», aumenta o desemprego, o que faz com que o «poder de compra» global ainda desça mais e agrave o desequilíbrio. E este, em casos extremos — de crise caracterizada — acaba por conduzir àquele quadro de inacreditável absurdo, que se viveu nos anos 31-33, em que se acumulam ou destroem enormes «stocks» de mercadorias, enquanto milhões de desempregados se encontram na miséria (muitos já terão ouvido com espanto que o Brasil chegou a queimar café nas locomotivas, nesse período alucinante!). No suceder dos ciclos capitalistas, as fases de depressão vêm usualmente associadas, portanto, a baixas de actividade económica — estagnação de preços — aumento do desemprego — excesso de produção (acumulação de «stocks»).

Resta acrescentar que o espectro da inflação alemã e, sobretudo, da grande crise mundial iniciada em 29, que seriamente ameaçaram os alicerces do sistema capitalista, estão na origem das políticas intervencionistas dos Estados «renascidos» em 45. Foi, desde então, possível criar mecanismos que evitassem desequilíbrios demasiado graves. Os menos importantes não terão sido os sistemas de seguro social que, muito mais do que motivados por beneméritos preocupações, o foram por propósitos de amortecer as flutuações da procura monetária.

Convém, enfim, salientar que todas estas cómodas explicações se situam ao nível da

«superfície dos fenómenos». As razões profundas encontram-se na anarquia própria do sistema capitalista que, ao fazer circular o capital sob duas formas distintas — mercadorias e dinheiro —, e entregando o ajustamento necessário entre elas às expectativas de lucro dos capitalistas individuais (que só «realizam» o seu capital, e portanto o seu lucro, no momento do encontro da mercadoria com o dinheiro que a deve adquirir), não pode evitar que ciclicamente uma dessas formas que reveste o capital se «desequibre» em relação à outra. E é aqui que se revela a luta de classes como elemento essencial, já que constitui um permanente desafio aos «equilíbrios» estabelecidos. Mas o certo é que, encontrando-se o poder político e económico nas mãos do capital, quer numa fase de inflação quer numa de recessão, são os trabalhadores quem sobretudo serve de regulador: a inflação reduz-lhes poder de compra dos salários, a recessão atira-os para o desemprego.

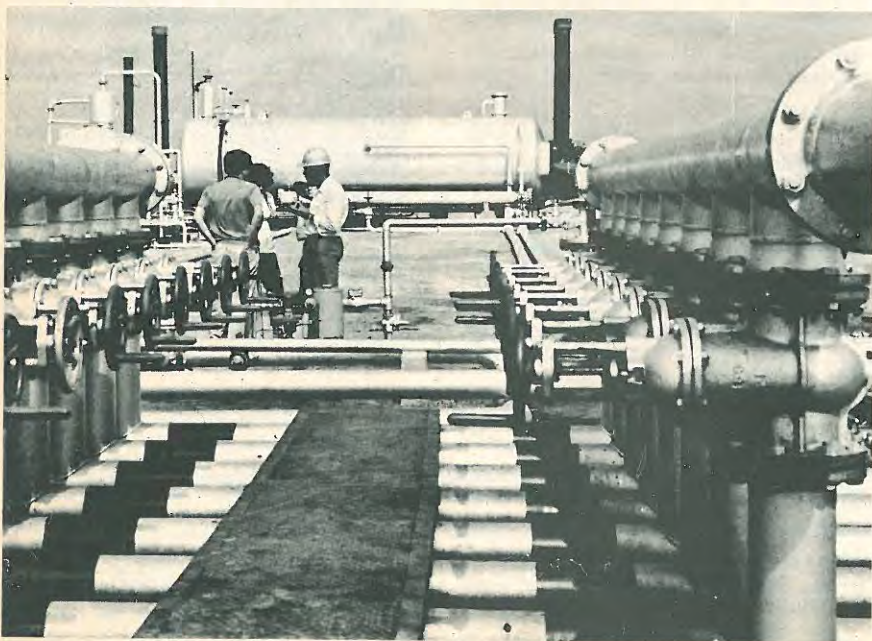
A GESTAÇÃO DA ACTUAL SITUAÇÃO

Podemos então entrar na nossa história. Que não é mais, em poucas palavras, do que a história da dominação americana sobre o sistema capitalista mundial, designadamente a partir da segunda guerra mundial. Não poderemos em tão curto espaço entrar em grandes pormenores, mas cremos que os traços essenciais do processo serão suficientemente elucidativos.

Em 1945 os Estados Unidos eram o único

país capitalista que conservava intacto o seu aparelho produtivo e, para além disso, dispunha de cerca de 90 por cento das reservas mundiais de ouro. O novo sistema monetário internacional criado em Bretton Woods em 1944, o chamado Gold Exchange Standard, assegurava naturalmente ao dólar o papel central como meio de pagamento internacional. As economias europeias devastadas faltavam, inversamente, mercadorias (bens de produção, para reconstruir os seus aparelhos produtivos; bens de consumo, para a subsistência das populações) e dinheiro para as pagar. Simples: os americanos emprestavam (ou doavam, caso do Plano Marshall) dólares e com eles os países europeus adquiriam essas mercadorias aos Estados Unidos. Foi o que aconteceu. Havia apenas um ponto em que os Estados Unidos se encontravam desfavorecidos: embora dispondo de abundantes matérias-primas, as exigências da sua máquina produtiva devoravam-nas a um ponto tal que necessitavam abastecer-se de quantidades consideráveis de algumas matérias-primas vitais (sobretudo minérios: alumínio, cobre, etc.) no «mercado mundial». Acontece que os imperscrutáveis desígnios do Criador, no começo dos tempos, o levaram a dotar com essas preciosas riquezas extensas regiões da África, América do Sul e Ásia que, muito antes de sequer existirem os Estados Unidos, os países europeus se haviam partilhado e colonizado. Se a América Latina era, desde os tempos da doutrina Monroe, em princípios do século XIX, uma coutada norte-americana, a África e a Ásia constituíam, no fim da segunda guerra mundial, ainda em grande parte os «impérios coloniais» de antigas potências hoje mais ou menos arruinadas. Sob reserva do simplismo de toda esta descrição, está longe de ser caricatura dizer-se que o processo de descolonização global de que os Estados Unidos foram um persistente paladino, decorria da lógica da substituição dos velhos imperialismos pelo imperialismo americano, único que para tanto dispunha dos meios financeiros, técnicos, políticos e militares e, não o esqueçamos, as necessidades de expansão eram simultaneamente económicas e políticas. A substituição da França pelos Estados Unidos na Indochina, que culminou com a guerra do Vietname, foi talvez o caso mais típico desta estratégia global.

A INDÚSTRIA QUÍMICA AMERICANA PREVÊ EM 1975 AUMENTAR OS INVESTIMENTOS EM 34 POR CENTO; A INDÚSTRIA DE REFINAÇÃO DE PETRÓLEO EM 57 POR CENTO





A década de 50 viu uma rápida reconstrução da Europa, à custa dos dólares «generosos», mas foram os americanos, em última análise, que ganharam em todos os tabuleiros. Por um lado o fortalecimento do capitalismo europeu (e, sob tutela directa dos E. U., do capitalismo japonês) era-lhes vital em plena fase de «guerra fria». Por outro, dispunham de um considerável avanço tecnológico, da moeda mais forte e mais ambicionada em todo o mundo (que emitiam a seu bel-prazer), dominavam o comércio mundial, controlavam as matérias-primas essenciais, possuíam o mais sofisticado armamento, punham e tiravam Governos onde lhes convinha.

Foi possível, assim, até à década de 60, prosseguir, em todo o sistema capitalista, uma política de acumulação-expansão nos países industrializados, «reproduzindo o subdesenvolvimento» nos países ditos atrasados. E isto sem que nos primeiros se verificassem flutuações conjunturais graves: os ciclos expansão-recessão eram relativamente «suaves» — e, em particular, eram-no também as correspondentes taxas de aumento de preços e de desemprego, respectivamente.

Simplemente, já nos fins dos anos 50, começam a verificar-se certas «inversões» no sistema: por um lado, a prosperidade europeia e o decréscimo de competitividade dos americanos incita as grandes companhias americanas a investir cada vez mais

nos países europeus desenvolvidos, ao mesmo tempo que começa a decrescer o grau de cobertura das importações pelas exportações (os Estados Unidos importam cada vez mais e exportam cada vez menos — relativamente, é claro, pois ambas as correntes aumentam substancialmente ⁽¹⁾); por outro, os países europeus reconstituem as suas reservas de ouro, convertendo regularmente parte dos dólares que dispõem abundantemente por ouro (princípio da «convertibilidade», um dos pilares do sistema monetário). Isto conduz a que os Estados Unidos comecem a ter dificuldades em equilibrar a sua balança de pagamentos e, a partir de 60, que as suas reservas de ouro deixem de poder garantir a convertibilidade dos dólares espalhados pelo mundo. Um elevado nível de procura interna (cada vez mais orientada para os «serviços»), pesadíssimas despesas militares (sobretudo a partir de 64: guerra do Vietname), um crescente défice da balança de pagamentos — era de esperar que se manifestassem nos Estados Unidos fortes pressões inflacionistas. Pois nada disso: emitiam-se dólares com que, **embora valendo cada vez menos**, se pagavam as importações, se financiavam as compras de fábricas europeias, se alimentava o «poder de compra» dos dois ou três milhões de cidadãos americanos espalhados pelo mundo (militares, funcionários, técnicos, turistas, etc.). Simultaneamente, exportavam-se produtos cada vez mais caros,

EM 1945, OS ESTADOS UNIDOS ERAM O ÚNICO PAÍS CAPITALISTA QUE CONSERVAVA INTACTO O SEU APARELHO PRODUTIVO E, PARA ALÉM DISSO, DISPUNHA DE CERCA DE 90 POR CENTO DAS RESERVAS MUNDIAIS DE OURO

e importavam-se matérias-primas e mercadorias cada vez mais baratas, relativamente. Em resumo: exportava-se a inflação, por todas as vias possíveis.

A partir de 70, a hegemonia americana começa a ser atingida por sucessivos golpes, de natureza diversa: a intocabilidade do dólar é destruída com a sua primeira desvalorização desde 1934, a derrota no Vietname concretiza-se, a «invasão» japonesa dos mercados mundiais (e do próprio mercado americano) e a conquista de posições na «caça» às matérias-primas intensifica-se, a corrente de investimentos estrangeiros (europeus, japoneses) nos Estados Unidos aumenta, etc. Mas, entretanto, já a inflação grassava, e começava mesmo a despontar nos Estados Unidos...

Concluimos esta breve história com alguns insuspeitos comentários e com uns quantos números:

● Comentador económico do «Monde», Out. 67: «Já muitas vezes ficou demonstrada a maneira pela qual, servindo-se sem pudor das facilidades do padrão câmbio-ouro (o Gold Exchange Standard), os Estados Unidos são o único país do mundo a poder praticar uma política de expansão sem obrigações nem sanções no que respeita a equilíbrio da balança de pagamentos, e, simultaneamente, a alimentar no exterior poderosas correntes de investimentos.»

● Revista «Vision», Fevereiro 1973: «Para a Europa a inflação é certamente o problema económico n.º 1 do ano, senão do decénio.» «A Europa deve agir, se não quer ter de escolher entre duas fórmulas igualmente desagradáveis: os controlos rígidos da economia ou uma inflação permanente de tipo latino-americano.»

● Aberrahman Khan, secretário-geral da O. P. E. P. (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), Set. 1974: «Deve precisar-se que a inflação mundial foi a causa dos aumentos do preço do petróleo, e não o contrário.» «Foi devido à inflação que os países produtores de petróleo chamaram as companhias petrolíferas internacionais a renegociar os termos do acordo de Teerão, que já previa uma compensação de 2,5 por cento, quando nesse momento a taxa de inflação atingia 7 a 8 por cento.»

● Taxa de aumento de preços ao consumidor, em 70-71 e 71-72:

	%	%
Inglaterra	9,4	7,4
França	5,6	5,8
Holanda	7,6	7,9
Estados Unidos	4,3	3,8
Portugal	11,6	10,4

● Poder de compra da moeda em 1971, comparado a 1961:

	%
Inglaterra	64
França	65
Holanda	63
Estados Unidos	74
Portugal	59

Com tudo isto apenas se pretendeu, em termos indicativos (e de nenhum modo teóricos, pois na realidade são os problemas de acumulação capitalista, e os daí decorrentes da luta contra a queda da taxa de lucro e, portanto, a procura a nível mundial das condições mais favoráveis de exploração que estão na origem dos referidos desequilíbrios), mostrar que a actual situação, tantas vezes atribuída aos malvados dos árabes, já desde há muito vinha a ser gerada e, como se viu, causava «sérias inquietações».

A «CRISE» — QUEM PERDE E QUEM GANHA?

Seria tentador separar, e tratar na sua especificidade, os aspectos económicos, os financeiros e os políticos da presente situação do capitalismo mundial. Eles estão, porém, de tal forma imbricados, que tal abordagem seria (como é, quase sempre) extremamente deficiente, se não mistificadora. Começemos, então, por algumas afirmações elucidativas, até por virem de onde vêm:

● Editorial da «Usine Nouvelle», Outubro 74: «A História dirá um dia sem dúvida a parte que os Estados Unidos tiveram na preparação e no desencadeamento da actual crise petrolífera. Num primeiro tempo, eles puderam pensar, com efeito, que o golpe infligido às economias europeia e japonesa os iria libertar de uma concorrência demasiado agressiva. Quando se sabe das ligações que unem a América à Arábia Saudita, é bem difícil de acreditar que esta possa ter tomado o risco de uma tal declaração



de guerra económica sem se aconselhar com Washington.»

● Artigo da «Fortune» americana, Setembro 74: «Há apenas 2 anos, a posição económica internacional dos Estados Unidos era uma fonte segura de más notícias. Parecia então que os produtos americanos não eram competitivos nos mercados internacionais. O dólar conhecia dificuldades crónicas e a estrutura de conjunto dos acordos monetários internacionais laboriosamente construída em Bretton Woods em 1944 parecia necessitar de uma revisão geral. É Incontestável que uma grande parte das notícias recentes relativas a estas questões foi encorajante.» E a concluir a sua análise: «Considerados todos os factores, pode dizer-se que a posição internacional dos Estados Unidos certamente melhorou.»

● Gerald Ford, presidente dos Estados Unidos, à Conferência Mundial da Energia, em Detroit, Setembro 74: «Os preços exorbitantes do petróleo só podem falsear a economia internacional, fazer correr o risco de uma depressão mundial e ameaçar a segurança e a ordem do mundo.»

● Paul Samuelson, Prémio Nobel de Economia, Outubro 74: «Em Julho último o prestigioso *Economist* de Londres publicou um artigo, depois largamente citado, defendendo que os défices maciços das balanças de pagamentos criados pela alta de preços do petróleo mergulhariam o mundo na depressão.» «Serão bem fundados os receios de uma depressão semelhante à dos anos 30? Não penso que sejam.»

Em que ficamos? Em particular os dois últimos depoimentos deixam-nos razoavelmente perplexos. Como é possível a maior autoridade política do mundo capitalista e uma das suas maiores autoridades em matéria económica verem, à mesma data, o futuro com cores tão diferentes? Convirá, então, para tentar fazer alguma luz, examinar em primeiro lugar os traços essenciais da situação, na sequência do «boicote» do petróleo e subsequente aumento dos seus

A DÉCADA DE 50 VIU UMA RÁPIDA RECONSTRUÇÃO DA EUROPA, À CUSTA DOS DÓLARES «GENEROSOS», MAS FORAM OS AMERICANOS, EM ÚLTIMA ANÁLISE, QUE GANHARAM EM TODOS OS TABULEIROS

preços-base (cerca de 4 vezes), no último trimestre de 1973.

— Um primeiro aspecto é o que diz respeito aos «efeitos selectivos» do espectacular aumento do preço da energia. Foram estes, aliás, que levaram às dúvidas suscitadas quanto ao papel dos Estados Unidos no desencadear do processo (v. primeira citação acima). E acrescente-se, também, o efeito de «arrastamento» que desde logo se previu, e apenas alguns casos se concretizaram, sobre os preços de outras matérias-primas minerais (p. ex. fosforite de Marrocos, mais recentemente bauxite da Jamaica, tentativas de concertação dos países produtores de minério de ferro, etc.). Ora, é um facto que, **contrariamente aos Estados Unidos**, toda a actividade económica dos países europeus industrializados, e mais ainda do Japão, depende numa medida que é simplesmente vital do petróleo e matérias-primas importadas. Daí que, muito logicamente, um ano após, o comentador da «Fortune» possa concluir, com todo o fundamento, que a posição internacional dos Estados Unidos melhorou: o dólar fortaleceu-se, melhorou a sua competitividade comercial, para o seu mercado financeiro se espera que virão a dirigir-se uma boa parcela dos biliões de dólares que os países árabes receberão pelo petróleo nos próximos anos (a que já se chama os «petrodólares»). Isto, em termos relativos.

— Se virmos agora a questão em termos absolutos, constata-se que, como seria em contrapartida inevitável, dada a forte integração capitalista mundial, a pressão inflacionista bem como os efeitos «depressivos» resultantes (ainda que não exclusivamente) das políticas postas em prática para a contrariar se propagam a todo o sistema,

e não poupam portanto a própria potência dominante (2). Assim, em quase todos os países capitalistas, incluindo os Estados Unidos, dois sectores industriais de grande importância encontram-se fortemente atingidos: a indústria do automóvel e a indústria da construção (esta sobretudo devido à elevação das taxas de juro, que afecta quer os compradores quer os investidores). Tratando-se de sectores «intensivos em mão-de-obra» e de que dependem numerosíssimos fornecedores (de acessórios, de materiais, etc.) e subempreiteiros, a sua baixa de actividade tem um efeito substancial no aumento do desemprego. Este é ainda agravado pelas restrições de crédito, que põem em dificuldades sobretudo as pequenas e médias empresas. A França e Alemanha deverão atingir até ao fim de 74 cerca de 1 milhão de desempregados cada, os Estados Unidos contavam em Outubro 5,5 milhões de desempregados (embora, note-se, nos últimos anos, os números habituais do chamado desemprego «estrutural» se situassem em torno dos 400-500 mil nos primeiros e 4-4,5 milhões no último daqueles países). Paralelamente, a inflação tem continuado a subir, tendo-se verificado, entre Junho de 73 e Junho de 74 taxas da seguinte ordem: França, 15 por cento; Inglaterra, 17 por cento; Itália, 19 por cento; Estados Unidos, 11 por cento.

— Um terceiro aspecto, e que parece ser aquele que aparentemente mais preocupações causa aos altos dirigentes do capitalismo mundial, é o da chamada «reciclagem dos petrodólares». Que quer isto dizer? Que os países consumidores de petróleo (e, portanto, principalmente os mais industrializados) vão ter de pagar pelo petróleo bruto somas da ordem de 3 a 4 vezes as que habitualmente despendiam para o efeito, o que significa um fabuloso caudal anual de dólares em direcção aos países exportadores (de que largamente se destacam os países árabes), e que isso coloca os primeiros, quase sem excepção, em sérias dificuldades de «pagamentos internacionais». Uma pequena ideia: essa corrente de dólares, em 1974, será da ordem de 5 a 7 vezes o produto nacional português; o seu valor acumulado em 74 e 75 atingirá um montante igual ao das reservas oficiais do total dos países capitalistas desenvolvidos em Maio deste ano. Como sucede que as possibilidades de utilização estritamente local destas somas são praticamente insignificantes, é claro que estes dólares irão «voltar à origem». Parte servirão para adquirir mercadorias e serviços... aos países desenvolvidos. Simplesmente, mesmo essa parte não

atingirá, na melhor das hipóteses, mais de uns 30 a 40 por cento do total. Os restantes repartir-se-ão entre investimentos a realizar... nos países desenvolvidos, empréstimos a efectuar... aos países desenvolvidos, depósitos nos bancos... dos países desenvolvidos e, enfim, uma parte de auxílio aos países «desafortunados», que, pelas próprias declarações dos responsáveis, será bastante diminuta (e, em boa parte, servirá para aqueles adquirirem produtos, p. ex. cereais, adubos... aos países desenvolvidos). É todo este «regresso à origem» que se convencionou chamar a «reciclagem dos petrodólares». Ora, que eles voltam, é uma certeza. Mas o «como voltam» pode ameaçar por completo toda a chamada «ordem monetária internacional», sem falar na real transferência de «riqueza» que significa: uma parte substancial da indústria dos

um fluxo de investimentos suficiente para compensar o aumento dos preços do petróleo. Os Estados Unidos têm, neste aspecto, uma vantagem extremamente importante em relação ao Japão e à maioria dos países europeus: dependem menos do petróleo importado do que esses países, e possuem um mercado de capitais muito desenvolvido que deverá certamente atrair somas apreciáveis em proveniência dos países do petróleo.» E conclui: «Uma tal perspectiva constitui uma das principais esperanças de ter um dólar forte nos próximos anos.»

— Quarto ponto: o papel, no meio disto tudo, das «multinacionais». Aqui, se excluirmos o caso do sector «automóvel», o panorama é, curiosamente, dos mais prometedores. Os grandes potentados mundiais nos mais diversos sectores realizaram em 73, e anunciam para 74, lucros absoluta-



ATÉ AO FIM DE 1974, A FRANÇA E A ALEMANHA FEDERAL DEVERÃO ATINGIR, CADA, CERCA DE 1 MILHÃO DE DESEMPREGADOS; OS ESTADOS UNIDOS CONTAVAM EM OUTUBRO COM 5,5 MILHÕES...

países capitalistas ocidentais (e do Japão) irá desviar a sua produção do consumo interno para os países árabes! Nem por isso, a «caça» aos petrodólares deixa de ser, neste momento, verdadeiramente desenfreada: luxuosos Hilton de qualquer emirato do Golfo Pérsico regurgitam de homens de negócios atrás de chorudos contratos (e já muitos tiveram êxito).

De qualquer modo, e resumindo, ainda neste aspecto é privilegiada a situação dos Estados Unidos. Demos de novo a palavra à «Fortune»: «Muitos países do mundo industrializado não receberão, nem de longe,

mente excepcionais. Apenas alguns dos múltiplos exemplos que poderíamos citar (todos extraídos de revistas especializadas):

● Companhias petrolíferas americanas — no 1.º trimestre de 74 os lucros foram superiores em 76 por cento aos de igual período de 73 (elementos da Secretaria do Tesouro dos E. U.);

● Grupo Amax (E. U., sector mineiro-metalúrgico) — nos 1.º 9 meses de 74 os lucros subiram 57 por cento em relação a igual período de 1973;

● Grupo Hoechst (Alemanha, sector químico) — prevê-se para 74 lucros superiores em 30 por cento aos de 73;

● Grupo Fison (Inglaterra, adubos, produtos farmacêuticos) — nos 1.º 9 meses de 74: lucros superiores em 31 por cento aos de 73;

● Laporte Industries (Holdings) — (Inglaterra, produtos químicos) — no 1.º semestre de 74: lucros superiores em 137 por

cento aos de 73.

● Dow Chemical e Union Carbide (2.º e 3.º empresas americanas do sector químico) — Nos 1.º 9 meses de 74: lucros superiores em 100 por cento e 78 por cento aos de 74, respectivamente.

Quanto a investimentos (que dá uma medida de como «as coisas estão a correr»), temos:

● A indústria química americana prevê em 1975 aumentar os investimentos em 34 por cento, a indústria de refinação de petróleo em 57 por cento (admitindo-se que 50 a 60 por cento destes aumentos representem «inflação»).

● A carteira de encomendas das grandes empresas americanas de «engineering» e «empreitada geral» que servem as indústrias químicas é actualmente dupla da que existia há um ano.

● As empresas europeias do mesmo sector têm as «carteiras de encomendas cheias» e pensam que o «boom» de investimentos no sector petroquímico «lhes assegurará trabalho para os próximos anos» (informação de Agosto 74).

● Segundo o National Economic Development Office (Inglaterra) serão os seguintes os aumentos de despesas de investimento em 1975, a **preços constantes**, nos respectivos sectores:

	%
Químico	7
Petróleo	42
Aço	27

Nota, também, o autêntico «boom» de investimentos em 74, superiores — para a totalidade da indústria — em 50 por cento relativamente a 73.

Em resumo, parece que os sectores mais avançados tecnologicamente, mais concentrados e mais «internacionais» não se estão a dar mal com a «crise». Aliás, é sabido o papel fundamental que tiveram no desenvolvimento da inflação mundial, pelo jogo dos preços (que controlam) e pelas especulações financeiras a que se dedicam. E ainda há pouco a revista «Vision» assinalava o papel fortemente inflacionista que representa o financiamento das grandes empresas no «euromercado» (mercado de capitais europeu a curto prazo).

Não é por acaso que o secretário-geral da Câmara de Comércio Internacional declarava em entrevista recente: «A importân-

cia das multinacionais vai aumentar no período actual, pois são as mais bem armadas para enfrentar as dificuldades.»

— Finalmente, depois de vermos os principais beneficiários, convém determo-nos um pouco sobre as grandes vítimas da situação: os países ditos «subdesenvolvidos» que não dispõem de fontes de energia. Estes, muito simplesmente, vão esgotar os escassos meios de pagamento de que dispõem a comprar o pouco petróleo que consomem, ou não o podem sequer comprar, pois, prioritariamente, têm de importar cereais. E também não podem aumentar a sua produção agrícola porque não lhes resta com que adquirir adubos. Não exageremos. Vale a pena transcrever alguns passos de um artigo recente da revista «European Chemical News»: «De acordo com Steiner (perito da F. A. O.), as últimas estimativas mostram uma carência de cerca de 500 000 toneladas de adubos nos países subdesenvolvidos este ano, o que pode ser traduzido numa carência de 2-3 milhões de toneladas de cereais. Embora inicialmente a previsão fosse de 1 milhão de toneladas ela foi reduzida para metade, segundo pensam os especialistas, apenas porque a Índia baixou a quantidade pedida de início por saber que não tem meios para pagar.» «Os maiores produtores mundiais de adubos estão mostrando o maior desinteresse pela crise alimentar mundial.» É que, «tal como as petrolíferas, os produtores de adubos estão fazendo enormes lucros como resultado dos aumentos de preços das matérias-primas. Nunca tendo sido dos sectores mais eficientes da indústria química, a indústria adubeira está apostada em manter altos lucros tanto tempo quanto possível, convencida de que o ciclo virá a entrar em declínio quando sofrer nos seus próprios mercados internos a concorrência do produto barato da Europa de Leste ou mesmo do Médio Oriente».

Julgamos não serem necessários comentários: os factos falam por si. Entretanto, é claro, as multinacionais que operam nesses países continuam a explorar as suas minas ou as suas plantações, como se vivessem num mundo à parte. E, quando se sentem ameaçadas, não lhes faltam os dólares para ajudar qualquer conspiração que as liberte de incómodos governantes. Ou baixam a produção. Ou vão-se embora para outras paragens. Convém, aliás, salientar que o aumento dos preços das matérias-primas se tem verificado sobretudo em casos em que



GERALD FORD — “OS PREÇOS EXORBITANTES DO PETRÓLEO SÓ PODEM FALSEAR A ECONOMIA INTERNACIONAL, FAZER CORRER O RISCO DE UMA DEPRESSÃO MUNDIAL E AMEAÇAM A SEGURANÇA E A ORDEM DO MUNDO”

são os governos a controlar a sua produção e comercialização (e nalguns casos, em particular de produtos agrícolas, como o açúcar, por razões que têm que ver com grandes desequilíbrios entre a oferta e a procura). Boa parte das matérias-primas minerais controladas pelas grandes multinacionais têm até visto os seus preços diminuir (cobre, zinco, chumbo, etc.), o que em nada a afecta, pois vão realizar o lucro nos produtos finais, mas ainda mais vem agravar a situação dos países explorados, já que os bens que importam — alimentares e manufacturados — aumentaram sem excepção de forma espectacular.

CONCLUSÕES

— UMA «CRISE» POLÍTICA

Deixámos para o fim, por ser afinal o mais importante, o exame dos aspectos «políticos» da tão falada crise, pois são eles que, de qualquer modo, nos permitirão tirar algumas conclusões.

Em termos de estratégia geopolítica mundial tudo se parecia conjugar para atingir, no plano político, um efeito paralelo ao que vimos no plano económico e financeiro: um reforço do papel dominante dos E. U. A. no campo capitalista. E tal efeito não se afigurava ser de molde a desagradar à potência dominante do campo oposto, a União

Soviética, para quem aquele esforço (em lugar de uma qualquer «multipolaridade» no campo ocidental) representa uma garantia da «estabilidade mundial». Além do «enriquecimento» que para a União Soviética, cada vez mais integrada no sistema de trocas internacionais, significa o aumento do valor de alguns produtos com que a natureza generosamente a dotou: petróleo, ouro, etc. Sem esquecer que, embora revigorado o papel dirigente americano, a grande confrontação entre países capitalistas não deixa de conduzir, de facto, a um enfraquecimento geral do campo capitalista — incluindo os Estados Unidos.

Mas quando Gerald Ford afirma as suas preocupações quanto à segurança e à ordem no mundo, não se trata na realidade de um puro «bluff», nem sequer pretende ele apenas referir-se aos aspectos de guerra comercial, do jogo de proteccionismos e outros conflitos entre países capitalistas. De tais conflitos, como da solução a encontrar para a questão dos «petro-dólares», ele sabe, obviamente, que os Estados Unidos têm condições para sair em boa posição.

O problema tem aspectos bem mais graves. Um autor marxista (o italiano Guido Viale), bem como um observador não-marxista (Arnaud Feghline) expõem a situação em termos que quase só diferem na terminologia. Diz o primeiro: «O declínio do imperialismo americano que dominou a cena mundial desde o pós-guerra até hoje é o reflexo «político» do esgotamento de um ciclo de acumulação do capital em que a mola do desenvolvimento, e ao mesmo tempo o termómetro da relação de forças entre capital e proletariado, foi a inflação.» Discorre o segundo, referindo-se sobretudo ao caso francês: «As eleições para a presidência da República mostraram que metade dos franceses estavam prontos a rejeitar a sociedade capitalista em troca de uma economia planificada e mais igualitária. Na ausência de tal «revolução», as reivindicações salariais, fiscais e sociais tendem a deslocar duravelmente a linha de partilha do rendimento nacional em detrimento do lucro e do capital.» E acrescenta: «O presidente da VI República compreendeu que o seu objectivo último é salvaguardar aquilo que os seus inimigos chamam o «sistema». Mas para isso terá de evitar primeiro a revolução aberta, depois a revolução disfarçada, que se chama inflação, pois corre-se o risco que, desta vez, não termine tudo pela vitória dos agentes económicos que



PAUL SAMUELSON, PRÉMIO NOBEL DA ECONOMIA — “SERÃO BEM FUNDADOS OS RECEIOS DE UMA DEPRESSÃO SEMELHANTE À DOS ANOS 30? NÃO PENSO QUE SEJAM”

lhe são favoráveis (entenda-se: o capital).»

Traduzido por miúdos, isto significa que, tal como sempre sucedeu até hoje, após uma fase de sobreacumulação ⁽¹⁾ do capital (e de «sobreespeculação») se vê chegar um momento em que a «produtividade» do capital e as taxas de lucro globais (não as dos grupos monopolistas) tendem a decrescer, não havendo outra solução — em termos de «sistema» — que não seja uma «desvalorização» brutal do capital para reiniciar depois nova fase de acumulação. Num primeiro passo, temos a fuga para diante que representa a «hiperinflação»: esse «animal nitidamente diferente da inflação modesta e confortável, favorável ao crescimento, que se conhecia», no dizer de um assustado comentador. Só que o combate a este animal vem precisamente criar as condições de uma forte recessão (igualmente mais violenta que as que anteriormente se conheciam...), materializada em paralisação e fecho de numerosas empresas — um dos aspectos de tal «desvalorização» do capital —, em aumento substancial do desemprego.

Ora acontece, e daí os temores de Ford, que nos principais países capitalistas ocidentais, a luta de classes e a consciência política das massas fez o seu caminho. As classes trabalhadoras, face simultaneamente à inflação e ao desemprego, podem não aceitar que, uma vez mais, o capitalismo

resolva as suas contradições à sua custa. Todo o equilíbrio político europeu — e sobretudo mediterrâneo: ainda recentemente a «Newsweek» analisava em conjunto as alterações políticas e a «agitação social» nos países mediterrâneos — se pode ver ameaçado. E torna-se evidente que tal processo arrastaria os mais explorados (e esfomeados) deste mundo e multiplicaria os seus efeitos em África, na Ásia, na América Latina.

Isto é, por mais que a maioria dos peritos continue a prever uma retomada da expansão económica para o 2.º semestre de 75, Ford não se ilude. Porque só há em última análise duas alternativas: ou há de facto crise (mas não só económica ou financeira), se os trabalhadores a fizerem — e eles chamam-lhe-iam **revolução** —, ou se generalizarão os regimes autoritários-repressivos, ainda que sob a capa democrática ou mesmo social-democrata, que permitirão ultrapassar as dificuldades e confrontações de toda a ordem e presidirão a uma fase em que a concentração se acentuará e as multinacionais verão ainda acrescido o seu potencial de exploração à escala mundial.

É claro que a primeira alternativa encontraria pelo caminho ainda obstáculos complicados: desde a resistência soviética a uma operação militar — sempre no «programa» — contra os países árabes, que até poderia ser contraproducente. Assinala o já citado Feghline: «Por detrás de alguns por cento de aumento do petróleo, é de facto a modificação dos grandes equilíbrios internacionais que está em jogo... modificação que, até aqui, sempre foi conseguida por meio de conflitos armados.» 1975 será, provavelmente, um ano histórico. Não só para Portugal.

JOÃO MARTINS PEREIRA

⁽¹⁾ O primeiro défice da balança comercial virá a aparecer em 1971.

⁽²⁾ É a esta situação, aparentemente contraditória, de forte inflação acompanhada de estagnação/depressão, que se convencionou chamar «estagflação»; as medidas tomadas para combater um dos processos contribuem para agravar o outro.

⁽³⁾ Muitos não saberão que, em tempos normais, a indústria americana já trabalhava abaixo da sua capacidade, devendo a taxa média de utilização neste momento andar apenas por 60-70 por cento. ■